

ATA DA 55ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, em ambiente web, por meio da ferramenta do Google Meet, às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros:

representantes da sociedade civil: Fabrício Bogas Gastaldi representante titular (Acontece Arte e Política LGBT+), Ana Ludvig, representante titular (Centro de Direitos Humanos de Brusque), Maria Del Carmen, representante titular (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Maria Lúcia Haygert, representante suplente (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC), Lucilene Binsfeld (Central Única dos Trabalhadores -CUT-SC Central Única dos Trabalhadores -CUT-SC) Ricardo Maes, representante suplente (Central Única dos Trabalhadores -CUT-SC), Isadora Conversano, representante titular (Cáritas Brasileira), Nasser Haidar Barbosa representante titular (CDH Maria da Graça Braz) Valdete Daufemback (CDH Maria da Graça Braz), Luzia Cabreira, representante suplente (Instituto Gentes de Direitos – IGENTES) e Vera Lúcia Vargas (Fórum de Mulheres do Mercosul- FMM) e **representantes governamentais:** Maicon de Medeiros (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS), Cláudio Gama (Secretaria da Casa Civil – SCC), Fernanda Zimmermann (Secretaria de Estado da Educação – SED), Luciano Carmo (Secretaria de Estado da Fazenda – SEF), Josiane Melo da Rosa (Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP) e Luís Felipe Del Solar (Secretaria de Estado da Segurança Pública – SSP) e **como convidados (as):** assenhoras Juliana Viggiano (IMDH-UFSC), Regina dos Santos (Coletivo Mulheres do Brasil em Ação – CMBA), Suelen Cecília dos Santos (Cáritas) e os senhores Alexandre Cordeiro (Federação Catarinense de Entidades de e para cegos – FECEC) e senhor Alcino Vieira (representando a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDE). A plenária é aberta (1) pelo presidente Fabrício Gastaldi (Acontece) desejando um bom retorno a todos/as e na sequência fez a **leitura da pauta para aprovação (3)**. Após a leitura da ordem do dia, o presidente indagou a Secretária se havia sido feito **levantamento de quórum (2)**. A Secretária respondeu de forma afirmativa. Na sequência, a conselheira Ana Ludvig (CDH Brusque) pediu a retirada do item 8 da pauta, justificando que havia solicitado maiores informações e estas ainda não tinha chegado. Ana (CDH Brusque) pediu para que o ponto fosse remetido a próxima plenária ou encaminhado à Comissão de Monitoramento. O presidente indagou a Secretária quanto as **justificativas de ausências (4)**. A Secretária informou que apresentaram justificativas os (as) senhores (as): Alexandre Badotti (SCC) porém estava presente o seu titular, o senhor Cláudio Gama (SCC), Celina Rinaldi, representante titular do IGENTES, porém estava presente a senhora Luzia Cabreira representante suplente da mesma entidade, a senhora Juliana Coelho (SAP) estava de férias, porém sua suplente estava presente, a senhora Josiane Melo da Rosa e por fim, as senhoras Fabiana Lopes Ribeiro (SDE) e Débora Pimenta (SDE) que enviaram um representante da Secretaria, senhor Alcino Vieira. Na sequência o presidente passou a palavra para a conselheira Maria Lúcia Haygert para a introdução da **formação continuada (5)** que trouxe como tema: **“Memória e Ditadura”**. A professora Maria Lúcia (IMDH-UFSC) introduziu sua fala com uma indagação: *“Podemos nos perguntar porque devemos nos preocupar com memória?”* e respondendo ao questionamento prosseguiu argumentando que a humanidade criou a história através dos fatos passados, e a partir destes possamos aprender com nossos erros e construir um futuro melhor. A conselheira explicou que os fatos históricos não ensinam por si mesmos, e, na verdade, a memória social é construída a partir de como compreendemos o que aconteceu no passado. Complementou seu relato denominando a história e a

56 memória, como espaços onde os grupos sociais se enfrentam, e a escolha de
57 uma dessas memórias será o resultado desse embate entre as forças sociais. A
58 memória é uma escolha, mas também uma identidade do grupo social que
59 daquela compartilha. Continuou dizendo que se uma memória coletiva é
60 construída numa nação [citou o Brasil], negando toda uma violência estatal que
61 aconteceu num período da história, conseqüentemente se constroi uma
62 sociedade violenta. Voltou a citar o exemplo do Brasil, mencionando ser evidente
63 a falta de informação, bem como a distorção dos fatos ocorridos na ditadura,
64 implicando numa memória construída sobre falsas narrativas ou desconhecimento
65 da verdade por parte da sociedade. A professora apresentou como uma das
66 narrativas construídas sobre o período da ditadura empresarial, civil, militar no
67 país, que as violações ocorridas em Direitos Humanos foram decorrentes de
68 resposta a resistência armada, porém, ressaltou que este fato não corresponderia
69 a verdade, uma vez que desde os primeiros momentos do golpe, em abril de
70 1964, as prisões e torturas já ocorriam em todo o território nacional. Sendo este
71 um dos fatos que se tornou empecilho para conhecimento dos fatos como
72 realmente ocorreram. Outro fator impeditivo para o conhecimento da verdade,
73 segundo o relato da professora Lúcia, seria quanto a lei da anistia, sendo que
74 seus defensores alegam que a referida lei teve o condão de “sepultar o passado
75 no esquecimento”. A professora relatou as pessoas que militam nos Movimentos
76 Sociais de justiça de transição defendem uma reinterpretação da lei pelo Supremo
77 Tribunal Federal – STF, que além de inconstitucional, a supracitada lei fere as
78 convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário. E, mesmo a legislação
79 ditatorial e autoritária, não protegia os agentes do estado que atentaram contra a
80 vida e a integridade física dos presos políticos que se encontravam sob a tutela
81 do Estado. A senhora Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) lembrou que memória e
82 direitos são direitos da sociedade e salientou o momento de fragilidade dos
83 Direitos Humanos, que, atualmente ocorre no país, com a falha na abertura desse
84 debate político, e o quanto é importante a participação de todos os cidadãos e
85 cidadãs em todos os espaços de participação popular. Prosseguiu comentando
86 acerca dos muitos anos de luta, com manifestações clandestinas, que
87 posteriormente se transformaram em amplas e massivas em virtude da
88 redemocratização e atualmente a responsabilidade em manter e avançar a
89 democracia estar nas mãos decada um. Neste momento foi iniciado relato
90 específico dos reflexos da ditadura no estado de Santa Catarina, a partir de
91 apontamentos da senhora Lúcia Haygert (IMDH-UFSC), retirados do relatório da
92 Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina, o qual a mesma fez parte
93 comomembro. Segundo Haygert, embora muitos pensem que a ditadura em Santa
94 Catarina não tenha se apresentado de forma cruel, este fato não condiz com a
95 verdade, a partir dos levantamentos de uma série de situações que ocorreram em
96 território catarinense. Em sua narrativa, Haygert mencionou que já nos primeiros
97 dias do golpe civil-militar em Santa Catarina, em abril de 1964 houve uma invasão
98 à livraria Anita Garibaldi, que pertencia ao escritor Salim Miguel, localizada na
99 Praça XV de Novembro, onde o exército recolheu todos os livros e ateou fogo em
100 plena Praça XV, e na época não havia resistência armada no Brasil. Acrescentou
101 ainda ao seu relato que foram mais de 200 (duzentos) catarinenses presos e
102 torturados em abril de 1964, sem nenhum processo judicial, sob a acusação que
103 pertenciam ao Grupo dos Onze, que era uma organização articulada na época
104 pelo deputado federal Leonel Brizolla, sendo a maioria daqueles agricultores
105 familiares do interior de Santa Catarina. Dando prosseguimento Haygert passou
106 para os dados mais específicos, mencionado que os municípios de Chapecó,
107 Criciúma, São Francisco do Sul, Itajaí, Laguna e Imbituba tiveram seus prefeitos
108 cassados e presos, além de 7 (sete) deputados estaduais, 5 (cinco) deputados
109 federais, 2 (dois) vice-governadores, 1 (um) desembargador do Tribunal de
110 Justiça, 2 (dois) juízes de direito e 25 (vinte e cinco) sindicatos de trabalhadores

111 sofreram intervenção em Santa Catarina. Em 1968, o primeiro prefeito eleito de
112 Balneário Camboriú, eleito por um partido de centro-direita, chamado Higino João
113 Pio, que foi levado preso para a escola de aprendizes de marinheiro em
114 Florianópolis, acusado de ser amigo do presidente deposto, João Goulart. Sendo
115 que seus algozes forjaram o suicídio, que de acordo com Haygert, teria sido feito
116 nos mesmos moldes que anos mais tarde fizeram com o jornalista Vladimir
117 Herzog. A conselheira mencionou ter a Comissão Estadual remetido este fato à
118 Comissão Nacional e os peritos exumaram o corpo ficando então comprovado a
119 morte sob tortura. Ainda em 1968, mais precisamente no mês de outubro, no
120 Congresso da União Nacional de Estudantes, 15 (quinze) estudantes
121 catarinenses foram presos e fichados no Departamento de Ordem Política e
122 Social (DOPS) neste evento. Em Dezembro do mesmo ano por ocasião da visita
123 do ditador da época Costa e Silva, a polícia sequestrou os estudantes da
124 Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mantiveram presos na cadeia
125 pública do município de Biguaçu de forma irregular, enquanto durou a visita
126 daquele, sendo depois liberados. Prosseguindo com sua narrativa, Haygert
127 mencionou ainda, 2 (duas) grandes violações de Direitos Humanos em Santa
128 Catarina: uma delas teria acontecido em 1975, a chamada *Operação Barriga*
129 *Verde* que sequestrou 50 (cinquenta) pessoas em vários pontos do estado,
130 torturando-as e acusando-as de pertencerem ao Partido Comunista Brasileiro,
131 que estava na clandestinidade. Sendo a segunda grande operação, ocorrida em
132 1979, depois de promulgada a lei da anistia, durante visita ao estado do ditador
133 João Figueiredo, conhecida como *Novembrada*, quando 7 (sete) estudantes da
134 UFSC foram presos e indiciados na lei de segurança nacional por terem
135 participado de uma manifestação pela Democracia e Arroxô Econômico, na Praça
136 XV de Novembro. Segundo dados da Comissão da Verdade, 702 (setecentos e
137 dois) catarinenses foram presos sem mandado judicial, destes: 30 (trinta) eram
138 mulheres, 84 (oitenta e quatro) camponeses, 130 (cento e trinta) sindicalistas, 52
139 (cinquenta e dois) advogados e 2 (dois) menores) de idade mantidos presos por
140 meses porque seus pais também estavam presos. Foram 7 (sete) catarinenses
141 assassinados pelos algozes da ditadura sendo estes: Arno Preis, estudante de
142 direito, cuja morte completa no dia 15/02/2022, 50 (cinquenta) anos, sepultado
143 como indigente, seu corpo foi encontrado no Tocantins, Frederico Eduardo Mayr,
144 natural de Timbó, estudante de arquitetura da UFSC, também enterrado como
145 indigente, seu corpo foi encontrado no cemitério de Perus, em São Paulo,
146 Hamilton Fernando da Cunha, gráfico em Florianópolis, Luís Eurico Tejera Lisboa,
147 estudante de Porto União, também encontrado no cemitério de Perus, Rui
148 Osvaldo Pfützenreuter, jornalista de Orleans, Vânio José de Matos, jornalista e
149 capitão da Polícia Militar de Piratuba e Higino João Pio, primeiro prefeito de
150 Balneário Camboriú, anteriormente citado. Sendo que ainda restam em Santa
151 Catarina 3 (três) desaparecidos políticos: Diro Fernandes de Oliveira, marinheiro
152 de Tubarão preso em 1964, João Batista Rita, universitário de Criciúma, preso na
153 Argentina pela Operação Condor, levado ao Rio de Janeiro, sem mais nenhuma
154 informação e por fim o ex-deputado estadual Paulo Stuart Wright, de Herval do
155 Oeste, sociólogo, cassado e preso em 1973, pelo II exército e no Destacamento
156 de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna – DOI-
157 CODI, em sua homenagem o Plenarinho da Assembleia Legislativa de Santa
158 Catarina leva o seu nome. Nesse momento, Haygert comentou sobre o tema nos
159 dias atuais. A conselheira mencionou a falta de medidas efetivas de resgate e
160 preservação da Memória da Verdade da ditadura militar, apesar de ter tido uma
161 Comissão da Verdade que fez uma série de Recomendações, nenhuma destas
162 cumpridas até os dias atuais, a interpretação da Lei de Anistia não se permite que
163 nenhum dos torturadores sejam processados, existindo apenas 2 (duas) Ações
164 judiciais. Uma delas se trata de uma Ação de Reconhecimento, de que o Cel.
165 Brilhante Ustra era um torturador, pedido por familiares de vítimas, e reconhecido

166 pela justiça e, outra Ação (também Penal) onde um juiz de 1ª Instância
167 reconheceu a culpa de alguns representantes estatais da morte de uma vítima da
168 ditadura. Ainda em trâmite na justiça. Haygert, informou que a interpretação da
169 Lei da Anistia está com embargos declaratórios da Ordem dos Advogados do
170 Brasil (OAB) no STF há anos, porém a luta continua para que haja uma
171 reinterpretação que reconheça o crime apesar de que alguns de seus algozes
172 estejam mortos. Finalizou seu relato dizendo que *“a falta de punição e de*
173 *entendimento do passado desemboca num governo atual que enaltece a ditadura*
174 *e num desmantelamento total da Comissão de Mortos e Desaparecidos criada*
175 *pelo governo do presidente Fernando Henrique, em 1995 e na troca dos membros*
176 *da Comissão da Anistia por militares que defendem a época da ditadura”*. Fabrício
177 Gastaldi (Acontece) agradeceu a professora pela partilha de seus conhecimentos.
178 Dando prosseguimento à reunião foi iniciado, o **ponto (6), devolutiva das ações**
179 **da última plenária**. O presidente Fabrício fez uma breve leitura das últimas ações,
180 sendo estas: Nota de Apoio à Defensoria Pública do Estado contra os ataques
181 sofridos pela instituição, pedido de reunião conjunta com o Conselho Estadual de
182 Saúde para tratar do tema COVID-19 e a responsabilidade do estado,
183 aguardando devolutiva, pedido de reunião com as Centrais Elétricas de Santa
184 Catarina (CELESC) para tratar dos cortes de energia elétrica nas comunidades
185 carentes, o presidente relatou que entrou em contato com a instituição, porém
186 sem conseguir agendar uma data, solicitou a retomada desse pedido, mencionou
187 a reunião entre o CEDCA e CEDH para tratar sobre os cargos de Comissionários
188 do Tribunal de Justiça, porém o conselheiro Ricardo Maes informou que o PLC
189 havia se transformado em lei e sancionado pelo governador e o Tribunal já havia
190 editado Resolução. Dando sequência, foi citado o pedido de reabertura dos
191 Centros de Referência e Atendimento aos Imigrantes (CRAIs), a Secretária do
192 Conselho complementou que a devolutiva quanto ao assunto em questão foi
193 respondida por meio da INFORMAÇÃO GEIRI nº 039/2021, que foi compartilhada
194 anteriormente no grupo do Conselho. O presidente solicitou a secretária o
195 encaminhamento do documento à Comissão pertinente para análise e posterior
196 manifestação. Dando continuidade, Fabrício (Acontece) mencionou que foi feito
197 pedido de reunião conjunta com o gabinete do prefeito de São José e os demais
198 envolvidos, porém sem nenhuma devolutiva e, informou que a Defensoria Pública
199 havia ajuizado ação quanto a essa questão. O presidente informou que novo
200 pedido seria feito. Outro encaminhamento realizado foi o pedido de reunião com o
201 Governador. A Secretária do Conselho informou que havia sido encaminhado
202 processo SDS 314/2021, com despacho indicando cadastro de pedido de
203 audiência nº 741/2021. Por fim, Fabrício (Acontece) mencionou a reunião com o
204 Subcomando-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina e a Corregedoria que
205 aconteceu no dia 09/02. Em sua opinião a reunião foi proveitosa, com abertura de
206 canal para diálogo entre o Conselho, Comunidades e a Instituição. O presidente
207 sugeriu uma interação maior entre o Conselho e a PM e que fosse encaminhado
208 documento à Instituição para maiores esclarecimentos quanto aos treinamentos
209 realizados sempre nas mesmas comunidades. O conselheiro Nasser Haidar (CDH
210 Maria da Graça Braz) ressaltou ser essa uma ação válida e importante, porém,
211 lembrou que a polícia em suas ações ostensivas, sejam elas de treinamento ou
212 de policiamento cotidiano, seu *“recado”* seria de proteção ao Estado e não ao
213 cidadão. Em sua narrativa o conselheiro mencionou que apesar de existirem
214 interlocutores parceiros e sensíveis nos altos escalões do Comando, que essa
215 seria uma exceção e, que, muitas vezes, essa sensibilidade seria diplomática e
216 política, mais do que verdadeira. Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) fez
217 um importante resgate quanto a uma diretriz, aprovada na Conferência Nacional
218 de Direitos Humanos que gerou o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos, que
219 fala da desmilitarização das polícias, que foi esquecida. Por fim, o conselheiro
220 mencionou como um dos obstáculos encontrados para o enfrentamento a

221 violência policial, o receio de denunciar a polícia para a própria polícia. A
222 conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC) sugeriu que fosse agendada reuniões
223 entre os municípios e os Comandos para levar essa pauta. A professora Lúcia
224 Haygert (IMDH-UFSC) informou que dentre as 29 (vinte e nove) recomendações
225 da Comissão da Verdade, a 20ª era referente a desmilitarização das Polícias
226 Militares Estaduais. A comissão chegou a conclusão de que essa estrutura militar
227 da Polícia seria um resquício da ditadura que deveria ser retirado porém nenhuma
228 das recomendações foram levadas adiante. Fabrício (Acontece) sugeriu, a partir
229 de conversa com as conselheiras do IGENTES e a representante do Movimento
230 Negro Unificado, elaborar uma Recomendação para a PMSC e Secretaria de
231 Estado de Segurança Pública sobre os processos de violência, respeito aos
232 Direitos Humanos, as abordagens, sendo que o IGENTES ficou incumbido de
233 elaborar o documento. O conselheiro Ricardo Maes (CUT-SC) sugeriu que o
234 CEDH-SC cobre do MPSC, sua atribuição constitucional de controle externo das
235 polícias. **Encaminhamentos: Elaboração de Recomendação pelo IGENTES,
236 Recomendação ao MPSC cobrando sua função de controle externo das
237 atividades policiais e Ofício a PMSC questionando sobre os critérios de
238 escolha locais dos treinamentos.** Quanto as pendências o presidente pontuou
239 as seguintes: reencaminhar ofício quanto ao caso de denúncia em Unidade
240 Prisional de Caçador para a SAP, aprofundar as discussões de Políticas de
241 Habitação com a Comissão de Políticas Públicas e solicitar reunião com a SDS
242 para que se entenda como funcionará a liberação de verba aos municípios pelo
243 governo do estado de acordo com critério do Índice de Desenvolvimento Humano
244 – IDH para construção das moradias sociais, se irá atender a quem necessita. A
245 conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) indagou ao presidente se a SDS
246 disponibilizou essa lista de municípios que serão contemplados e sugeriu ser feito
247 um ofício-circular aos municípios solicitando informações. A conselheira concluiu
248 dizendo que dependendo da resposta dada poderia até ser feita denúncia junto ao
249 Tribunal de Contas do Estado. A conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC) atentou
250 o grupo quanto a inserção de prazo para respostas no documento a ser
251 encaminhado. Seguindo com as pendências encontram-se os planos de trabalho
252 das Comissões de Comunicação, de Monitoramento e LGBT. A secretária do
253 Conselho lembrou da reunião com a diretora Larissa (SDS) e o Fabrício, para dar
254 uma devolutiva ao grupo. O presidente mencionou que nesta reunião foi discutido
255 acerca do fluxo do disque 100, porque existe uma desorganização no estado
256 decorrente de uma desorganização a nível federal. Fabrício (Acontece) explicou
257 que existe uma duplicação de denúncias e, existe uma diferença entre os dados
258 do estado e dos dados do governo federal. Complementou relatando reunião que
259 aconteceu no ano anterior com a Ouvidoria-Geral do Estado e o Senhor Gustavo
260 Gallo, mas este não sabia ao certo o fluxo dentro da diretoria para os municípios.
261 O presidente relatou que a diretora Larissa iria a Brasília e indagou ao conselheiro
262 Maicon (GEIPD/SDS) se haveria algo a complementar. Na sequência, o
263 conselheiro Maicon (GEIPD/SDS) informou que seriam tratadas várias agendas
264 para os 3 (três) dias em Brasília que consequentemente implicariam na área de
265 Direitos Humanos, sendo essas: além do Disque 100, o PPCAM – Programa de
266 Proteção à Crianças e Adolescentes ameaçados de morte e, se comprometeu a
267 trazer ao conhecimento deste Conselho, todos os resultados e encaminhamentos.
268 Complementou seu relato dizendo que teria uma reunião agendada com o
269 Secretário Nacional da Criança e do Adolescente e com o Secretário Nacional da
270 Pessoa Idosa, da Pessoa com Deficiência e em relação especificamente ao
271 Disque 100, além das questões colocadas pelo presidente Fabrício, as denúncias
272 recebidas em razão da vacinação. O presidente explicou que a Ministra abriu uma
273 linha dentro do Disque 100 para receber denúncias de pais que não querem
274 vacinar suas crianças. Fabrício (Acontece) reforçou pedido de reunião das
275 Comissões de Comunicação, Monitoramento e LGBT para elaboração de seus

276 Planos de Trabalhos. Este ponto ficou finalizado com a pendência da Proposta da
277 Campanha de Conscientização contra a Violência sofrida por Crianças e
278 Adolescentes de sugestão da conselheira Lucilene (CUT-SC). A Secretária do
279 Conselho se comprometeu a dialogar com a Secretária do Conselho Estadual dos
280 Direitos da Criança e Adolescente para que esta faça a intermediação com a
281 Coordenadora do CEDCA. Dando continuidade a reunião foi introduzido **oponto**
282 **(7)Discussão sobre a realização de Evento Estadual para construção do 1º**
283 **Plano Estadual de Direitos Humanos de S.C.**O presidente fez um resgate do que
284 ficou deliberado no ano anterior quanto a realização de uma Conferência
285 Estadual, porém, explicou que como governo federal não havia emitido Edital de
286 Chamamento para as Conferências Estaduais e somado ao fato de ser uma ano
287 eleitoral, sugeriu que fossem feitas reuniões regionais resgatando todo o material
288 dos encontros das Mesorregiões da gestão anterior e a partir disso, se iniciasse a
289 construção de uma proposta de Plano Estadual. O conselheiro Cláudio Gama
290 (SCC) sugeriu que fosse feito um planejamento, inclusive financeiro, prevendo
291 que aconteça a Conferência para apresentar ainda este ano, visando o orçamento
292 do próximo ano. A conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) informou que a
293 Comissão de Políticas Públicas distribuiu o material entre seus integrantes,
294 faltando uma Mesorregião a ser distribuída. Complementou dizendo que será feito
295 um relatório desse levantamento que será uma base desses encontros
296 Mesorregionais. A conselheira Lucilene (CUT-SC) sugeriu separar os eixos e
297 fazer algo semelhante a um Seminário virtual. A conselheira Lúcia (IMDH-UFSC)
298 propôs aguardar os resultados do levantamento para depois decidir o que será
299 feito e se, possível ser realizado no dia 10/12 (dia internacional dos Direitos
300 Humanos). O presidente sugeriu ser feito um planejamento operacional e
301 financeiro prevendo a realização da Conferência para ser apresentado a Diretoria
302 de Direitos Humanos da SDS. Neste momento foram colocadas para **aprovação**
303 **as Atas da 53ª e 54ª Reuniões Plenárias Ordinárias do CEDH-SC, ponto(9).**
304 Ambas foram aprovadas sendo a primeira por unanimidade e a segunda com
305 abstenção do conselheiro Cláudio Gama (SCC) que estava em período de férias.
306 No último ponto da **pauta (10) Informes Gerais**, o presidente cedeu a palavra
307 para quem tivesse algum informe a ser dado. A conselheira Maria Del Carmen
308 (IMDH-UFSC) comentou acerca da Resolução emitida pela Universidade onde
309 tem um artigo que diz que quem não está vacinado poderá apresentar teste
310 negativo a cada 5 (cinco) dias e o custo será da própria pessoa. A professora
311 Maria Del Carmen(IMDH-UFSC) expressou sua insatisfação quanto ao fato
312 narrado uma vez que a instituição estaria aceitando a posição dos negociacionistas
313 e, mencionou que a UFSC deveria seguir o exemplo do Instituto Federal de Santa
314 Catarina e as aproximadamente 30 (trinta) universidades federais estão pedindo
315 somente passaporte de vacinação. Finalizou dizendo que a UFSC cedeu às
316 pressões internas e externas sem discutir com a Comunidade Universitária. A
317 Conselheira Vera Vargas (FMM) lembrou das atividades relativas ao dia 08 de
318 março e o presidente relatou que o CEDH poderia apoiar no que for necessário. A
319 conselheira Lucilene (CUT-SC) relatou que no dia 16 de fevereiro irão acontecer
320 vários atos contra a seca, no município de Dionísio Cerqueira, exigindo reparação
321 do estado e do governo federal para os agricultores familiares que perderam toda
322 a sua safra. O outro informe seria quanto às agressões partidárias nos outdoors
323 no município de Chapecó. O presidente mencionou outros dois informes: um seria
324 quanto a construção de uma Recomendação ao MPTSC sobre o trabalho análogo
325 ao escravo nas lavouras de Santa Catarina atingindo principalmente os imigrantes
326 e em relação ao dia 08 de Março na divulgação das ações do dia internacional da
327 Mulher nos grupos. O conselheiro Ricardo Maes (CUT-SC) mencionou notícia
328 veiculada neste dia, relacionada a um agente prisional que mantinha um
329 presidiário em trabalho análogo ao escravo durante 4 (anos) e o estado não
330 tomou nenhuma providência apesar de aberta sindicância não houve

331 encaminhamentos. O conselheiro sugeriu que fosse discutido esta questão na
332 Comissão de Legislação e Normas ou na Comissão de Monitoramento. O
333 presidente propôs encaminhar Recomendação ao MPTSC para reforçar as
334 fiscalizações. **Encaminhamentos:** acolhidas as sugestões da conselheira Lúcia
335 Haygert (IMDH-UFSC) sugeriu encaminhar **ofício a Corregedoria do Sistema**
336 **Prisional pedindo informações e quais encaminhamentos dados** e quanto as
337 demais questões de trabalho escravo **convidar o Ministério Público do**
338 **Trabalho MPT/SC para participar das reuniões do CEDH-SC.** Nada mais
339 havendo a tratar, Fabrício (Acontece) agradeceu a presença de todos/as e deu
340 por encerrada a reunião. Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a
341 presente ata, e juntamente com Fabrício, presidente do CEDH/SC assinamos.